

## ONGS E AGROECOLOGIA NO BRASIL

**Patrícia Faraco Benthien\***

Palavras-chave: agroecologia, ONGs, Rio 92, Estocolmo 72, racionalidade econômica.

### INTRODUÇÃO

A história da formação de movimentos ecológicos no Brasil, que culminam no que hoje conhecemos como agroecologia, conflui com o fortalecimento em nível mundial da luta das organizações não-governamentais (ONGs) materializadas em suas participações nos fóruns internacionais de discussão sobre o meio ambiente e desenvolvimento desde a década de 70.

A agroecologia no país, mesmo restrita a espaços específicos e insipiente em várias regiões, representa a formação de uma base concreta de contestação à lógica da racionalidade econômica<sup>2</sup> empregada pelo modo de produção capitalista, além de concretizar a manutenção do modo de vida de agricultores familiares brasileiros, sugerindo perspectivas alternativas de reprodução social.

As ONGs brasileiras têm um papel importante no estabelecimento de práticas agroecológicas, principalmente pela formação de grupos de assessoramento e acompanhamento rural que levam aos agricultores informações sobre a melhor forma de trato com a terra, além de auxílio no escoamento da produção evitando perdas.

Neste sentido, o presente trabalho tem o intuito de tratar, em um primeiro momento, sobre a insurgência do movimento ecológico no Brasil tendo em vista as Conferências de Estocolmo e a do Rio de Janeiro, definindo a importância social de sua participação política e a significação de seu surgimento para uma mudança de perspectiva junto a agricultores familiares. Em um segundo momento tratar-se-á da importância da agroecologia no Brasil na *re(construção)* do meio rural brasileiro como espaço de vida e reprodução social, e no

---

\* Mestranda do programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Bolsista da CAPES. Endereço: Rua Bortolo Gava, 224, Pilarzinho. 82120-170. Curitiba-PR. E-mail: patyfaraco@hotmail.com

<sup>2</sup> O termo *Racionalidade Econômica*, quando relacionado ao meio ambiente, é entendido como a redução da natureza “(...) à valorização no mercado como capital natural; o trabalho, os princípios éticos do homem e sua capacidade inventiva são reconvertidos em formas funcionais de um capital humano” (Leff, 2002, p.25). A racionalidade econômica prima, portanto, pela redução da natureza como um meio de produção e riqueza.

estabelecimento das bases para um novo paradigma de desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental.

## DESENVOLVIMENTO

A insurgência da preocupação ambiental nasce de forma tardia no mundo em relação à degradação do meio ambiente. “Em datas anteriores às primeiras décadas do século XX, poucos foram os acontecimentos cujos efeitos pudessem despertar a atenção do homem para a necessidade de preservar o meio ambiente a fim de garantir sua própria existência” (Baptista e Oliveira, 2002, p. 07). No início da década de 70 ocorre a Conferência de Estocolmo<sup>3</sup>, através da qual se torna evidente a necessidade de mudanças mundiais para a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade da vida. Na realidade a degradação ambiental já estava presente desde a Revolução Industrial, entretanto as concepções de inesgotabilidade e imensidão da Terra tornavam irrelevantes preocupações de tal ordem.

A Conferência de Estocolmo trouxe grandes avanços de ordem jurídica e social, relatando ao mundo a constante ocorrência de catástrofes ambientais tais como: o surgimento de nuvens tóxicas devido a vazamentos químicos, chuvas ácidas e derramamento de petróleo cru no mar. A contribuição principal de tal conferência foi de fazer com que as preocupações ambientais internacionais ocupassem um lugar de destaque na agenda de negociações dos países no intuito de cooperação internacional.

O fato é de que o meio ambiente, compreendido em sua concepção mais ampla, que envolve as relações políticas, econômicas e sócio-culturais, passou a ocupar um lugar central nas relações e políticas internacionais e se por um lado os problemas ambientais podem levar a conflitos e enfrentamentos entre os Estados-Nação podem também, ou pelo menos têm potencial para isto, forçar uma cooperação entre os Estados. (Silva-Sánchez, 2003, p.16)

Participaram da Conferência de Estocolmo 113 países e 250 ONGs (organizações não-governamentais) que conjuntamente com alguns organismos das Nações Unidas, elaboraram a Declaração de Estocolmo. Esta determina 26 princípios básicos<sup>4</sup> de atuação do homem em relação à natureza. Em 1988, por influência de Estocolmo e dos relatórios

---

<sup>3</sup> O nome oficial da Conferência de Estocolmo é Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano.

<sup>4</sup> Entre os principais princípios estão a necessidade de proteção do meio ambiente para as próximas gerações, a defesa da vida selvagem e de seus habitats, o acesso equitativo a recursos naturais e o planejamento ambiental.

realizados após esta conferência, o Brasil inclui a proteção ambiental na Constituição através do artigo 225<sup>5</sup>.

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, realiza-se no Rio de Janeiro a Eco-92<sup>6</sup> (também conhecida como Rio-92) que, mesmo frisando a necessidade de cooperação internacional em prol de um desenvolvimento sustentável, não trouxe significativos resultados concretos para os problemas encontrados em sua agenda (Leis 1996). A discussão e internalização político-legislativa da preocupação ambiental no Brasil são percebidas neste período, mesmo existindo no país, desde meados da década de 80, as raízes do movimento ambientalista. Na década de 80, o ambientalismo no país ainda era insipiente; as ONGs existentes até então tinham poucos militantes, baixo orçamento e atuação apenas local: “Era um conjunto de organizações desarticuladas, amadoras, que viviam do heroísmo de seus militantes e de campanhas pontuais. Faziam muito barulho, causavam comoção, mas ainda tinham muito pouca efetividade na formulação de políticas públicas, situação que mudou radicalmente após a Rio-92”. (Crespo, 2003, p.62)

O crescimento do número de ONGs nas duas décadas que separam as Conferências de Estocolmo e do Rio de Janeiro é bastante notável: na primeira houve a participação, como dito anteriormente, de 250 entidades, já no Rio de Janeiro houve a presença de 1.400 entidades, 10 mil participantes, 116 chefes de Estado além de 9 mil jornalistas.

Nestas últimas quatro décadas de conferências internacionais sobre o meio ambiente e através dos preceitos de *contracultura* presentes em muitas ONGs no Brasil, a agricultura ecológica, praticada geralmente por pequenos produtores, muitos deles agricultores familiares de origens camponesas, toma corpo como uma forma de recusa à lógica de mercado, incorporando preceitos de sustentabilidade ambiental em suas práticas, além de uma alternativa de sobrevivência aos mesmos. Sua insurgência no Brasil apresenta raízes na década de 70, entretanto, após a Rio-92, “(...) a agricultura alternativa irá ser fomentada por associações, organizações não-governamentais e entidades públicas de assistência Técnica como a Emater, sob a rubrica de agricultura sustentável” (Brandenburg, 2002).

A agricultura ecológica no Brasil foi construída através do auxílio de instituições da sociedade civil organizada, da Igreja (como a Pastoral da Terra) e por entidades estatais. Por

---

<sup>5</sup> **Constituição da República Federativa do Brasil.** (CF/88) 4.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

<sup>6</sup> O nome oficial da Conferência do Rio de Janeiro é Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

ser uma prática alternativa, sua participação no mercado também atende a um viés alternativo na medida em que há, por parte de grupos de agricultores ecológicos, a intenção de formação de organizações sociais autogestionáveis (Brandenburg, 2002) que atinjam um mercado consumidor gerando a valorização e preferência a seus produtos.

## CONCLUSÃO

A agroecologia apresenta em sua forma de ação dois aspectos também presentes nas bases de sustentáculo das ONGs. Ao mesmo tempo em que compreende e reconhece que a realidade da lógica econômica mundial é caracterizada por conflitos, tendo o lucro como fator que se sobrepõe à diversidade, sua pluralidade reafirma sua identidade em prol de um projeto social aglutinador que supere e recuse tal lógica.

A união de entidades de assessoramento rural e ONGs ambientalistas à grupos de agricultores familiares contribuem para o fortalecimento das bases de expansão da prática agroecológica num processo contínuo de aceitação e apropriação de uma nova lógica de reprodução e fortalecimento social. Esta contribuição se dá de duas formas: através de um movimento de tornar cada vez mais públicos os benefícios da agroecologia para o agricultor e para o consumidor, e através do incentivo técnico de apoio ao agricultor e consolidação destas práticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA, A. M; OLIVEIRA, J. C. **O Brasil em Fóruns Internacionais sobre Meio Ambiente e os Reflexos da Rio 92 na Legislação Brasileira**. Revista paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, nº 102, p. 05-27, jan./jun. 2002.
- BRANDENBURG, A. **Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, nº 6, p.11-28, jul./dez. 2002. Editora UFPR
- Constituição da República Federativa do Brasil**. (CF/88) 4.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.
- CRESPO, S. **Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990**. In: TRIGUEIRO, A. (Org.) Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental em suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2ª ed, 2002.
- LEIS, H. R. **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo: Gaia; Blumenau, SC: Fundação Universidade de Blumenau, 1996.
- SILVA-SANCHÉZ, S. **Crítica e Reação em Rede: O debate dos Transgênicos no Brasil**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo (USP), 2003.